

MÚSICA E EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

MUSIC AND EDUCATION: AN INTEGRATIVE REVIEW

MÚSICA Y EDUCACIÓN: UNA REVISIÓN INTEGRATIVA

Pamella Cristina Dias Xavier¹

Ana Rosa Jaqueira²

Christiane Faria Pereira Arcur³

José Antonio Vianna⁴

Resumo: Este estudo de revisão integrativa teve por objetivo verificar o estado da arte acerca da educação musical como meio de inclusão social, a partir da produção científica sobre o tema, publicadas em periódicos científicos da área da educação e da educação musical nos últimos dez anos. As buscas foram realizadas nas bases de dados Scielo, Latindex e Portal de Periódicos da Capes. Aplicados os critérios de inclusão e exclusão, foram identificados inicialmente 75 estudos – destes, foram selecionados 37. Concluiu-se que os dados obtidos podem referenciar futuras pesquisas sobre o tema e ações de gestão e desenvolvimento pedagógico nesse contexto.

Palavras chave: Inclusão social, musicalização, educação musical.

Abstract: This study aimed to perform an integrative review to verify the state of the art of music education as a path to social inclusion. Furthermore, it was based on scientific production on the topic that has been published in scientific journals of education and music education throughout the last ten years. The researches were thoroughly carried out on Scielo, Latindex and Capes databases. After applying the inclusion and exclusion criteria, as a result, 75 studies were initially identified - of which, 37 were selected. Finally, we concluded that the data obtained may refer to future researches on the theme and to managerial and pedagogical development actions.

Keywords: Social inclusion, music, education.

Resumen: Este estudio de revisión integradora tuvo como objetivo verificar el estado del arte sobre la educación musical como medio de inclusión social, basado en la producción científica sobre el tema, publicado en revistas científicas del área de educación y educación musical en los últimos diez años. Las búsquedas se realizaron en las bases de datos Scielo, Latindex y Portal de Periódicos da Capes. Luego de aplicar los criterios de inclusión y exclusión, se identificaron inicialmente 75 estudios, de los cuales se seleccionaron 37. Se concluyó que los datos obtenidos pueden referirse a futuras investigaciones sobre el tema y acciones de gestión y desarrollo pedagógico en este contexto.

Palabras clave: Inclusión social, musicalización, educación musical.

-
- 1 Mestra em Ensino na Educação Básica pelo Programa de Pós-graduação em Educação Básica, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. pamflauta@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-7522-7248>
 - 2 Professora da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, da Universidade de Coimbra, Portugal anarosajaqueira@fcdef.uc.pt. <https://orcid.org/0000-0002-5898-3965>
 - 3 Professora do Programa de Pós-graduação em Educação Básica, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. arcuriarte@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-6554-3282>.
 - 4 Professor do Departamento de Desportos Coletivos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil javianna@hotmail.com. <http://orcid.org/0000-0003-3630-3321>.

INTRODUÇÃO

Ao considerar a expansão da educação musical no Brasil como instrumento para o desenvolvimento das habilidades e conhecimentos artísticos e culturais dos praticantes, para minimizar a desigualdade no acesso a este bem cultural e contribuir na formação de crianças e jovens em situação de risco social (COSTA; SANTOS; FRANCO; BRITO, 2011; FIALHO, 2014; MOTTA; SCHMITT, 2017; PAPPÁMIKAIL; SANTOS, 2017), questiona-se se a produção de pesquisas sobre este tema acompanhou este crescimento.

Ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre as abordagens, os resultados e direcionamentos da educação por meio da música pode contribuir para otimizar a intervenção profissional no contexto pesquisado e maximizar o impacto social das políticas públicas relacionadas ao tema. Acredita-se, também, que os resultados deste estudo podem colaborar para o refinamento dos projetos e programas de intervenção pedagógica.

Com o objetivo de entender melhor o cenário científico acerca da educação musical, foi realizada uma revisão integrativa dos estudos publicados nos últimos dez anos, sob a perspectiva de Souza, Silva e Carvalho, (2010) e Whittemore e Kanfl (2005). Admite-se que ao pesquisar as últimas produções nessa área de conhecimento, é possível identificar lacunas no conhecimento e apontar possíveis contribuições para o ensino e a pesquisa.

Assim, esta pesquisa se propôs identificar, analisar e sintetizar os resultados de estudos sobre a educação por meio da música, publicados no período de 2010 a 2019 nas bases

eletrônicas de dados Biblioteca Virtual em Saúde, Scielo, Latindex e Periódicos Capes.

TRAJETÓRIA DO ESTUDO

Para alcançar os objetivos propostos, este estudo utilizou a estratégia de revisão integrativa conforme recomendado por Souza, Silva e Carvalho, (2010) e Whittemore e Kanfl (2005). Nesta perspectiva, a abordagem quantitativa, pela ênfase dada aos dados de origem numérica e à sua quantificação própria de estudos bibliométricos (Gerring, 2019), não se opõe à análise de dados qualitativos (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010; WHITTEMORE; KANFL, 2005).

A busca foi realizada nas bases eletrônicas Scielo (www.scielo.org), Latindex (<https://www.latindex.org>) e Periódicos Capes (www.periodicos.capes.gov.br), sob os descritores: "projeto social", "educação", "artes", "inclusão social", "educação básica" e "ensino" termos ligados diretamente aos temas "educacional", "cidadania", "música" e "musicalização".

Critérios de inclusão: a) artigos sobre Projetos de Inclusão Social por meio da música (PIS de Música) brasileiros, publicados em periódicos com classificação mínima de B1; b) artigos publicados entre os anos de 2010 a 2019; c) o uso da música como estratégia de ensino; d) artigos do tipo "estudo de caso", "revisão de literatura" e "análise documental" e; e) Ensino de música no ensino básico. E como critérios de exclusão: a) artigos mais anteriores a 2010; b) revisão de literatura ou análise documental de projetos de inclusão social ou políticas públicas que não utilizam a música na educação; c) artigos com temática voltada à prática dos docentes.

Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados os artigos no campo de conhecimento educação musical de interesse para esta pesquisa.

O processo de análise começou com a leitura do título, seguida da leitura dos resumos e finalmente pela leitura do artigo na íntegra. Os trabalhos encontrados foram organizados em uma planilha. A estatística descritiva foi utilizada como procedimento para tratamento inicial dos dados. Dessa forma, foi possível observar a ocorrência de publicações ao longo dos anos. A leitura exaustiva dos dados permitiu aos pesquisadores identificarem a temática central de cada um dos trabalhos e organizá-los em grupos temáticos.

RESULTADOS

A busca para identificar, analisar e sintetizar os resultados de estudos sobre Educação musical publicados no período de 2010 a 2019 em bases eletrônicas de dados, identificou a maioria dos artigos publicados (33) no Periódicos Capes e quatro artigos na base eletrônica Scielo. Não foram encontrados estudos publicados nas bases Latindex e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) – Tabela 1.

Tabela 1 – Artigos publicados entre 2010 e 2019 por Base de dados

| Base de dados | FA |
|------------------|----|
| Periódicos Capes | 33 |
| Scielo | 4 |
| Latindex | |
| BVS | |
| Total | 37 |

*Frequência absoluta. Fonte: Elaborado pelos autores

Foram encontrados vinte e três artigos empíricos, oito artigos de revisão sistemática e outros seis artigos de análise documental.

Aplicados os critérios de inclusão e exclusão foram identificados 37 artigos considerados do campo de conhecimento de educação musical. A leitura exaustiva dos trabalhos identificados, permitiu o agrupamento dos dados em categorias temáticas cuja ocorrência está apresentada na Tabela 2. Pode ser observada a predominância de estudos orientados para a educação formal (21 ocorrências), seguido por trabalhos com foco no processo de inclusão social (4 artigos na educação especial e 4 artigos em Projetos de Inclusão Social – PIS de música). Os aspectos didático-pedagógicos voltados para a formação docente foram identificados em 9 estudos.

Tabela 2 – Ocorrência de artigos por temática

| Temática | FA |
|--|----|
| Educação musical na escola formal | 21 |
| Educação musical na Educação especial | 4 |
| Procedimentos metodológicos e sistematização do ensino | 7 |
| PIS de música | 4 |
| Estudantes de música | 2 |
| Total | 37 |

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da redução dos dados em categorias temáticas para facilitar a análise, procedemos à apresentação da síntese dos principais resultados encontrados na literatura, para permitir ao leitor o entendimento mais amplo do fenômeno investigado (WHITTEMORE; KNAFL, 2005)

A EDUCAÇÃO MUSICAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Veber (2012) destaca que o número de trabalhos sobre educação musical é crescente. Segundo o autor a escola é um espaço que pode democratizar o acesso à educação musical e um meio que pode proporcionar a maioria da população a formação por meio da música. Esta perspectiva é partilhada por alguns estudos que serão apresentados a seguir.

Em estudo que focou nas percepções dos alunos quanto as relações entre níveis de interesses, dificuldades e esforços para aprender música, Pizzato e Hentschke (2010) procuraram entender melhor as motivações e interesses dos discentes na educação musical escolar. O artigo alerta que além da motivação, que é um processo dinâmico que envolve autoestima, há outros fatores que podem estar relacionados ao interesse do aluno, como exemplo, a falta de recursos na escola, tais como instrumentos, sala de aula de música e matérias didáticos (os instrumentos são importantes para possibilitar aos alunos escolherem as tarefas que irão desenvolver).

Também no que diz respeito ao ambiente escolar, Ganhor (2019) observou a necessidade de se pensar em metodologias específicas para área de ciências e tecnologia em periferias urbanas, através do Rap⁵ como um instrumento para ampliar os horizontes de abordagem pedagógica. O autor indica a necessidade de pensar uma educação científica e tecnológica (ECT) direcionada para periferias urbanas, buscando formas

de o Rap ser utilizado para mediar essa ECT. Ganhor salienta que o Rap é somente um dos inúmeros estilos musicais que podem contribuir para a aprendizagem.

Ao entender que os diversos estilos musicais são ferramentas importantes no ambiente escolar e extra escolar, cabe pensar nas metodologias de ensino para a aplicação desses instrumentos. Guazina (2018) buscou fazer um apanhado de metodologias educativas colaborativas que converse mais diretamente com a cultura popular e valorize a sua contribuição para a educação. Algumas propostas metodológicas podem ser potencialmente transformadoras ao serem utilizadas no âmbito de movimento sociais. O autor entende que essas ferramentas serão otimizadas se os movimentos sociais populares contarem com as representações femininas, indígenas e negras, isso porque, essas personagens já são muito ativas ao longo da constituição dos mesmos.

No que se refere a procedimentos metodológicos do ensino de música, podemos destacar a partir da comparação com outras áreas, que a educação musical ainda é pouco explorada, porém está em crescimento com a publicação de diversos trabalhos, e com forte presença do tema em programas de pós graduação (DEL-BEM, 2014).

Del-Bem (2014) procurou debater políticas de ciência e tecnologia e inovação no Brasil, e suas potencialidades para a produção de conhecimento na educação musical. Em breve histórico da educação musical brasileira (institucionalizada) em pesquisa bibliográfica e documental, a autora destaca a importância da ciência e da tecnologia como eixo estruturante do desenvolvimento do país.

5 O Rap é conhecido como um discurso rítmico com rimas e poesias oriundo de comunidades afrodescendentes nos EUA (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Rap>)

Martinez e Pederiva (2013) verificaram que ao longo da história, em diferentes situações a música esteve inserida no contexto escolar. No entanto, em muitos casos a educação musical era vista de forma secundária, onde o desenvolvimento musical dos alunos não era percebido como de importância para a sua formação integral, como preconizado recentemente na BNCC (BRASIL, 2017). Em muitos casos ficava claro o desrespeito a diversidade cultural e a ênfase à padronização do que seria “adequado” ou “qualificado” para estar presente no ensino formal e informal. Em outros momentos, se observavam posições polarizadas em relação a importância da educação por meio da música - ora considerada de grande importância institucional, ora sem importância nenhuma.

Apesar dos descompassos observados por Martinez e Pederiva (2013), a educação por meio da música esteve presente nos diferentes níveis de ensino formal e no ambiente não formal ao longo dos anos.

Observa-se que a educação musical pode estar presente na formação humana desde os primeiros anos de vida. Tolocka, Siqueira, Mendes e Lima (2019) realizaram uma pesquisa ação em uma classe de berçário com 6 bebês, com o objetivo de acompanhar a implantação de atividades motoras com músicas neste ambiente. Os autores desenvolveram a pesquisa propondo que os alunos do berçário tivessem atividades direcionadas com os nomes “imitando animais” e “explorando materiais”, pois os pesquisadores acreditam que atividades empregadas nas classes de berçário, podem oportunizar vivências motoras de forma lúdica que são

importantes para o desenvolvimento integral do aluno.

Ao longo da pesquisa, foi informado pela equipe escolar que os alunos tinham três horas destinados ao descanso (dormir) e as demais para cuidados, higiene e alimentação. O programa possibilitou então, que as vivências de habilidades como sentar, pegar, deslocamento e equilíbrio fossem trabalhados através de músicas e de materiais sensoriais oferecidos (TOLOCKA; SIQUEIRA; MENDES; LIMA, 2019)

Ao investigarem sujeitos com idade semelhante, Mendonça e Lemos (2010) realizaram estudo descritivo-comparativo no qual foram avaliadas 56 crianças divididas em dois grupos – grupo de estudo e grupo de controle. Os autores construíram uma comparação com alunos de 5 anos com e sem práticas musicais em tarefa de processamento e apreciação musical, estudando as habilidades auditivas de ordenação temporal, localização sonora e a apreciação musical. O estudo indica que a prática musical é uma forma de melhorar os aspectos auditivos e cognitivos dos praticantes, e que tem um grande valor cultural, agregando valor ao aprendizado.

Investigação de Sebben e Subtil (2010) no segundo segmento do ensino fundamental, discutiu o entendimento de alunos do 8º ano sobre a música nos âmbitos individual e social. As respostas dos 297 alunos investigados levaram a conclusão de que os alunos se interessam de formas diferentes pela música, como importante meio de socialização. Os autores ressaltam que o professor de educação musical deve pensar no modo como essa modalidade será implementada nas escolas, já que esta passou a ser uma disciplina obrigatória. Uma das principais

coisas a se pensar, é que o aluno e seu conhecimento prévio deve ser levado em consideração na elaboração e aplicação do conteúdo programático.

Veber (2012) estudou a música na educação básica como espaço de implemento de educação musical nas escolas. A autora traz discussões que vem permeando algumas pesquisas na área de política pública brasileira sobre o ensino em tempo integral e a educação musical. Ela destaca alguns projetos de ensino em tempo integral de relevância ao longo dos anos no Brasil, começando pelo Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), criado na década de 1950, na Bahia - que foi idealizado por Anísio Teixeira -, passando pelos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), no Rio de Janeiro, o Programa de Formação Integral da Criança (Profic) e o Centros Educacionais Unificados (CEUs) ambos em São Paulo, até o programa mais atual que é uma iniciativa do governo federal chamado de "Mais Educação".

A autora observou que, ao longo do tempo, houve uma grande mobilização dos atores escolares por causa do ensino de música na escola. Era possível observar que os alunos, mesmo fora do horário das aulas de música, estavam acompanhados de seus instrumentos em pequenos grupos tocando no recreio, no horário de almoço ou em tempos, como algo prazeroso e divertido.

Ao que tudo indica, a inserção da música na escola só foi possível por conta da ampliação de horário. A ampliação de tempo de permanência do aluno na escola possibilitou a professores e alunos vivências diferenciadas. O ensino de música motivou a ocupação de diversos espaços da escola antes sub utilizados, a desaceleração do ensino em outras

disciplinas curriculares e trouxe mais tranquilidade para a aprendizagem dos alunos. A ampliação do horário escolar para horário integral, contribuiu para que o ensino de música conquistasse seu espaço, tendo sido reconhecido e legitimado devido a percepção da transformação que a prática musical pode oferecer como parte da formação integral do aluno (VEBER, 2012).

Silva (2018) verificou a implementação de aulas de música, com oficinas culturais no contra turno de uma escola de tempo integral. O pretexto foi proporcionar o ensino integral e utilizar a música como instrumento de inclusão. Porém, a autora afirma que devido a forma como foi feita a implantação deste regime na escola, não pode ser apontado como "ensino integral", mas somente como "ensino de tempo integral", já que o modelo só ampliou o horário de aula e não o modelo de ensino integral. Ela ainda crítica a forma com que o ensino foi feito - para a autora, o ensino integral proposto é uma farsa e apenas implicou na padronização do ensino, como se os alunos fossem simples produtos de uma fábrica.

Uma iniciativa de articulações entre jovens, música e escola em unidades públicas de ensino em São Paulo, pode ser verificado no estudo de Arroyo (2015), no qual o autor realizou uma pesquisa qualitativa e documental, analisando documentos digitais e físicos. Os resultados foram organizados em três blocos: como os jovens são considerados nas políticas; como a música é contemplada nas políticas e; como ocorre a articulação de jovens, onde podemos destacar que música e escola constituem conjuntos e relações que ultrapassam a esses três componentes.

Os autores ressaltaram algumas implicações para educação musical escolar após a Lei 11.769/2008, com destaque para a tendência da educação musical contemporânea em trabalhar com a diversidade de suas práticas, valorizando as experiências informais que a música traz, mesmo em ambientes formais como a escola.

As interações da educação musical com o currículo nacional são mais estimuladas a partir da lei 13.278/2016 que torna obrigatório o ensino de linguagens artísticas na educação básica – o que representa as ações das associações de educação musical brasileira ABEM e o FLADEM (SANTOS, 2019). Santos discute pontos que ele não concorda em relação a elaboração do Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma delas é a desigualdade na quantidade de conteúdo para português, matemática e as demais disciplinas, quando comparado com o âmbito da educação musical. Segundo a autora a BNCC reduz os amplos e ricos campos de cada linguagem artística. Em sua opinião o cenário político para os educadores musicais não tem sido muito otimista e que a BNCC deixa muitas perguntas e dá poucas respostas (SANTOS, 2019).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E SISTEMATIZAÇÕES DO ENSINO FORMAL

Ao buscarem identificar como as crianças veem as aulas de música nas escolas parques de Brasília, Marques e Abreu (2018) realizaram uma investigação na qual a metodologia foi a da autobiografia com narrativas de alunos. Através das narrativas foi possível observar que, para os alunos, uma boa aula e uma boa escola tem relação com

diversão e com afeto. Uma escola que acolha os alunos e que ensina musicalmente. Partindo dessas falas, os autores apontam para a necessidade de uma educação musical mais focada nos alunos. Na qual o professor se divirta mais, e construa o ensino junto ao aluno. Por isso, os autores acreditam que essas narrativas podem contribuir para a melhoria dos procedimentos adotados pelos professores em aulas de música.

Também valorizando o olhar do aluno para a construção conjunta do ensino musical, Cernev (2018) observou a aprendizagem colaborativa musical por meio da tecnologia, em turmas do ensino fundamental II. Através da pesquisa-ação, o autor retratou como a educação colaborativa pode gerar troca e parceria entre alunos e professores e como é importante essa aprendizagem ser realizada em grupo. Segundo o autor, muitas vezes as escolas restringem o uso da internet nos ambientes escolares com a justificativa de que os alunos perdem o interesse na escola, agindo assim, se perde a oportunidade de construir o conhecimento junto aos alunos por meio dessas redes de informação.

Admite-se que as tecnologias digitais tem a possibilidade de contribuir para a expansão de propostas metodológicas e práticas no ensino de música. Ao que tudo indica, a proposta de metodologia de aprendizagem colaborativa deve ser construída juntamente por professores e alunos, na qual ambos têm a responsabilidade pelo conhecimento produzido, tanto na transmissão quanto na recepção dele.

Outro estudo que pode lançar luz nos conteúdos e metodologias no ensino da música, pode ser encontrado em Junior, Montandon e Marin (2018), que

procuraram compreender de que forma os alunos de uma banda escolar profissionalizante aprendem a tocar seus instrumentos. Uma evidência identificada foi que os alunos utilizam de várias estratégias de autorregulação para aprender, entre elas a internet, a ajuda de colegas e a memorização das músicas. Assim como Cernev (2018), Junior, Montandon e Marin (2018) sugerem que o professor deve atuar como um incentivador da aprendizagem, sendo procurado basicamente para esclarecer dúvidas.

Além da metodologia a ser aplicada, outro ponto importante na construção do ensino de música é o repertório a ser utilizado (conteúdos). Pensando nesse aspecto Oliveira e Santos (2017) verificaram as preferências de gêneros musicais de jovens instrumentistas em uma escola de música em Goiás, para entender de que forma o estudo dos instrumentos influencia na preferência musical no cotidiano de cada estudante. Os autores sugerem que as razões de escolha de certos gêneros de músicas, podem ser determinadas por fatores como modismo ou pelo fácil acesso na internet, devido ao avanço na Tecnologia da Informação. O artigo sustenta que escutar música é uma das formas de entretenimento e lazer. Nesse sentido, também se observa que a escuta recorrente pode ampliar o leque de opções e preferências dos alunos no que se refere a obras que não seja de seu cotidiano.

Porém, em termos educacionais, o estudo ressalta que essas preferências podem ser modificadas a partir de experiências com a aprendizagem de um determinado repertório, que pode ser apresentado por professores para estudo

de um instrumento. Os dados revelaram que alunos que praticavam há pouco tempo disseram não ter modificado sua preferência musical, no entanto, os alunos mais antigos relataram que ampliaram suas preferências musicais através de repertórios apresentados por seus professores.

Em conclusão, os autores destacaram que também é função do professor de música auxiliar na aquisição de conhecimento de novos gêneros de música. O professor deve conhecer os gêneros que seus alunos desfrutam no cotidiano, realizando uma troca de conhecimento na intenção de expansão de repertório dos mesmos, sem restringir ou qualificar como “música boa e música ruim” (OLIVEIRA; SANTOS, 2017).

A valorização dos vários gêneros musicais também foi discutida por Duarte e Reis (2019) e, em particular, os gêneros mais próximos da cultura dos alunos - potencializando uma educação mais inclusiva, e que reconheça a individualidade de cada estudante principalmente na educação musical - repertório multicultural.

Os autores ressaltam que existe um distanciamento entre a música que é ensinada nas unidades de ensino formal e a música ensinada em instituições não formais. Ao que parece, isso ocorre porque as escolas formais estão presas em modelos de gerações anteriores e permanecem desatualizadas em relação ao programa curricular e à formação dos professores. Se partimos da ideia de que a cultura é algo relevante na construção do ensino, então, é necessário que os currículos escolares e os seus educadores sejam sensíveis às modificações culturais e conheçam as influências que a cultura tem na vida de seus alunos, entendendo que a

música é capaz de criar inúmeras oportunidades de conhecimento e interação nas escolas.

Um exemplo de investigação da diversidade musical pode ser visto em Cunha (2015). A autora adotou a perspectiva sociocultural da educação musical utilizando a música eletroacústica⁶ como instrumento para a análise da música na cultura escolar. Neste estudo se percebeu que a música eletroacústica é um gênero pouco conhecido pela sociedade e mais restrita a músicos eruditos, e que os jovens têm pouca vivência com a música contemporânea. A autora aponta para a necessidade de a educação musical também contemplar a música eletroacústica e entender a importância de cantar, tocar e ouvir diversos repertórios.

Ao que tudo indica, os procedimentos e atitudes adotados pelo professor tem impacto na aquisição pelos alunos de um repertório musical mais diversificado. Narita (2015) aplicou uma pesquisa ação de oito semanas, baseado na aprendizagem musical informal de Lucy Green. A autora buscava entender como suas ações refletem nas práticas musicais e pedagógicas em seus alunos. A pesquisa utilizou alunos da graduação (licenciados) como sujeitos do estudo, que foram analisados através de vídeos feitos por eles mesmos ou pela pesquisadora em visitas a algumas escolas. Dessa forma foi possível observar as formas diferentes que esses professores ministravam suas aulas. Para a análise Narita montou um sistema inspirado em denominações de práticas

Freirianas e verificou várias práticas pedagógicas através da música como: “educação bancária” e “liberdade ilusória”.

Como desdobramentos a autora argumenta que é necessário permitir que os alunos demonstrem o que sabem; é importante o professor ensinar dando exemplo de si próprio como modelo musical e assumir, quando necessário, a autoridade de professor. O estudo aponta para a necessidade de retomada dos valores preconizados por Paulo Freire na educação pela música, com a intenção de uma educação mais humanizadora, discutindo o universo musical com os alunos e conscientizando que ambos, professores e alunos, são atores que devem estar envolvidos no processo de aprendizagem de ensino da música (*apud* NARITA, 2015).

ESTUDANTES DE MÚSICA: AS CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE MÚSICA NA FORMAÇÃO DO ALUNO

Entre os estudos que observaram os benefícios da educação por meio da música na formação dos alunos, encontramos a investigação de Penna, Pinto e Santos (2018) que procuraram compreender as relações subjetivas e as significações que a prática regular de música pode exercer na vida dos praticantes. Os autores utilizaram uma perspectiva interdisciplinar que engloba a educação musical e a psicologia. O artigo destaca as dimensões subjetivas na prática musical, que pode ser iniciada propositalmente ou não através de aulas de música intencionais ou não intencionais - por exemplo: em práticas sociais como os rituais religiosos. O estudo observa também as dificuldades de viver da

6 Música criada ou modificada por meio de equipamentos e instrumentos eletrônicos (https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%BAsica_eletr%C3%B4nica)

profissão de músico. E por este motivo, a procura pela licenciatura ao invés do bacharelado tem aumentado - isso porque com a graduação em licenciatura há a possibilidade conciliar aulas de música e apresentações em estabelecimentos comerciais e em shows e, assim, sobreviver da profissão.

O texto aponta que os instrumentistas de instrumentos clássicos, em sua maioria, tiveram seu primeiro contato com a música em igrejas. Já os instrumentistas de instrumentos populares são normalmente oriundos de educação não formal. Em várias partes do trabalho, se destaca nas falas dos entrevistados o vínculo do estilo de vida do investigado com a música. Por fim, o artigo enfatiza que a relação com a música é muito pessoal e tem significados diferentes a partir da experiência de cada um, e que devemos levar em consideração a relação que cada estudante e profissional de música tem com a música (PENNA; PINTO; SANTOS, 2018).

Beineke (2015) aborda um aspecto importante na educação por meio da música, que é a criatividade na educação - o ensino criativo -, ou seja, o papel e as funções do professor na aprendizagem criativa. Segundo o autor as pesquisas sobre criatividade são desenvolvidas em perspectivas diferentes. No entanto, em sua maioria focalizam na criatividade de grandes gênios. Para ocupar esta lacuna no conhecimento, Beineke (2015) realizou um estudo de caso que coletou dados com entrevista em grupos focais com as crianças e em entrevista semiestruturada com a professora participante. O foco de sua pesquisa foi analisar a criatividade de crianças e jovens em idade de aprendizagem. O autor argumenta que para a aprendizagem acontecer, é

necessário que os professores respeitem o saber e a criatividade dos seus alunos, que garantam relações sociais positivas, incentivem interesses dos discentes e valorizem suas contribuições - esses procedimentos contribuem para que a aprendizagem dos alunos seja mais efetiva e criativa.

Consideramos que as contribuições da educação por meio da música na formação dos participantes podem acontecer tanto na educação formal, quanto na educação não formal. Tanto na formação de crianças, quanto na educação de adultos. Também sobre a contribuição da educação musical na formação discente, Mónico, Santos e Souza (2015) focalizaram a opinião de quatro diretores e vinte professores, quanto a influência da aprendizagem musical no desempenho de alunos do ensino básico.

O estudo de caso foi realizado em Cursos Básicos de Música e de Canto Gregoriano do 3º ciclo do Ensino Básico. Os autores destacam que a música está associada a melhoria de qualidade de vida dos participantes e de experiências significativas. Ao considerar que a música e a aprendizagem sempre estiveram interligadas, indicam também que a literatura aponta para a ligação positiva entre aprendizagem musical e desempenho acadêmico e que quanto maior o tempo de aulas de música, melhor o desempenho na aprendizagem escolar. Porém os resultados destes estudos não são conclusivos.

Os pesquisadores observaram que os professores apontam como benefício das aulas de canto, a melhoria no desempenho cognitivo - enquanto os diretores destacam os benefícios sociais e pessoais. Nesta pesquisa que pretendia apenas verificar o desempenho acadêmico

dos alunos, foi possível perceber que o ensino de música vai além. No entanto, as percepções de professores são distintas dos diretores. Os autores acreditam que o motivo para esta discrepância seja que os diretores tenham uma noção mais abrangente de formação do que cada professor em sua disciplina (MÓNICO; SANTOS; SOUZA, 2015).

As argumentações de Pizzato e Hentschke (2010) conversam com essa colocação e nos trazem que professores podem não se sentir seguros musicalmente e pedagogicamente, devido a sua formação defasada de ambos os campos. Os autores enfatizam a necessidade de propostas de ensino desafiadoras, mas compatíveis com a capacidade dos alunos. Para tanto a capacitação docente parecer ser essencial.

Os argumentos anteriores propõem entender que a educação por meio da música ultrapassa os limites da educação formal, beneficiando praticantes em diferentes fases da vida. No entanto, mesmo as indicações na literatura, a observação assistemática do campo sugere que a educação musical no Brasil ainda é considerada de menor relevância se comparada a matemática, português, ciências ou outras disciplinas valorizadas socialmente.

Silva Junior (2019) coletou informações sobre o tema música, saúde, bem estar e suas áreas como a musicoterapia e a música comunitária; o uso da música no dia a dia e a utilização da música na medicina e na educação musical. O autor argumenta que o ensino de música, cujo os principais objetivos são o ensino da música, podem também possibilitar benefícios secundários aos praticantes como melhorias de desempenho em habilidades espaciais,

melhoria nas habilidades de linguagem e nas habilidades matemáticas e não somente no que diz respeito às habilidades musicais.

A educação musical aparece permeada com áreas afins como a sociologia, a etnomusicologia e a educação. Souza (2013) destaca que a educação musical vem ampliando seu campo de atuação, transmitindo muito mais do que a parte sistemática, seus códigos (notas e figuras rítmicas) e técnicas. Transmite também equilíbrio e compreensão da diversidade do universo musical e a riqueza existente nele.

É de se esperar que os benefícios alcançados na formação por meio da música podem proporcionar ao praticante a formação profissional em música. No entanto, também se observa que a música é socializadora e que a família, a escola e a mídia influenciam os gostos musicais e as referências de "música de qualidade". Se torna assim, necessário explicar as reais contribuições das aulas de música para que seja melhor compreendido e incorporada no ensino (SOUZA, 2013). Acredita-se que a ampliação e difusão destes conhecimentos poderá contribuir para a legitimação destas habilidades e conhecimentos na grade curricular.

EDUCAÇÃO MUSICAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os indivíduos com deficiência também podem se beneficiar com a educação musical. Cil, Gomes e Gonçalves (2017) analisaram a interface da educação musical com a educação especial através de um estudo bibliométrico com teses e dissertações de instituições públicas, de forma mais abrangente. A pesquisa encontrou 16 dissertações de mestrado e

uma tese de doutorado no período de 2006 a 2015 – produzidas em instituições públicas. Ao analisar a área da qual faz parte os programas que desenvolveram os trabalhos, os autores observaram que o maior número de estudos é oriundo dos cursos de mestrado em música, seguido por educação especial e educação, artes e multimeios. A maioria das dissertações abordam ou investigam a forma como estava sendo realizada a inclusão em instituições pelo Brasil. Mesmo neste contexto de privação de direitos (asilos e outros), a educação musical foi conquistando espaço através de leis que assegurava o acesso de sujeitos excluídos socialmente.

Silva e Almeida (2018) também buscaram compreender de que forma foram construídas as práticas de professores de música em relação a crianças especiais em um estudo de caso na rede municipal de Olinda – PE. Os autores destacam que a prática musical também precisa ser entendida como uma prática social e que é preciso entender que, mesmo com limitações, os alunos são capazes de construir conhecimento e habilidades musicais, sejam eles teóricos ou práticos. No entanto, as dificuldades na estrutura das instituições e a falta de professores mediadores acompanhando alunos especiais nas aulas, são obstáculos a serem superados.

As autoras concluem que se faz necessário a preparação dos professores para promover melhor a inclusão dos alunos especiais nas aulas de música. Ter uma escuta atenta às limitações e potencialidades dos alunos, também seria outro ponto que enriqueceria as aulas nas quais a inclusão é possível quando os professores se dispõem a buscar

alternativas para seus alunos (SILVA; ALMEIDA, 2018).

A educação especial também foi foco da investigação de Moussinho, Câmera e Gikovate (2016). Os autores observaram as aulas de um aluno autista e cego, estudante de música na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a fim de identificar as dificuldades e as soluções que ele e a equipe educacional da universidade encontraram ao longo do curso. Assim que o aluno passou para o curso de bacharel em canto e coral, foi necessário que a equipe educacional pensasse em estratégias para esse aluno. Uma delas foi que o discente tivesse um professor que o acompanhasse em todas as aulas. Fica claro nos estudos descritos acima, que para potencializar os benefícios do ensino de música na formação de sujeitos nos diversos ambientes de aprendizagem, é importante a mediação adequada do professor e a flexibilidade das metodologias e propostas pedagógicas, sendo ajustadas aos interesses e potencialidades dos alunos.

PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL DE MÚSICA

Ao realizarem um mapeamento bibliográfico sobre a educação por meio da música, Schwan, Bellochio e Ahmad (2018) observaram que o número de publicações em educação musical diminuiu tanto nos anais quanto nos encontros nacionais e nas revistas da ABEM entre os anos de 2008 e 2017. Destaca-se nos dados que a educação musical tem ganhado espaço nos espaços de produção científica. Os autores identificaram que também foram produzidas algumas discussões sobre a atuação de professores de música na

educação infantil e nos anos iniciais, e sobre a necessidade de construção de diálogo e trabalho colaborativo entre os professores de música e os professores no primeiro segmento do ensino fundamental (SCHWAN; BELLOCHIO; AHMAD, 2018).

Embora a produção na área seja relevante em termos qualitativos, podemos perceber que parecem ser necessários mais investimentos em estudos que observem o ensino de música e os seus efeitos em ambientes de vulnerabilidade social. Entre os estudos publicados em base de dados indexadoras de pesquisas nos últimos dez anos, foram identificados quatro artigos de investigações realizadas em Projetos de Inclusão Social por meio da música (PIS de música) em ambiente de educação não formal e uma investigação em PIS de música em uma escola regular (Tabela 2).

Um estudo que pode ser destacado aqui foi realizado por Costa, Santos, Franco e Brito (2011), no qual os pesquisadores investigaram um grupo de coral com a participação de adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas no estado do Amazonas. Na perspectiva dos autores a educação por meio da música pode possibilitar a transformação do sujeito e desenvolver sua cognição, criatividade e espontaneidade de forma construtiva, considerando que o ser humano está em constante desenvolvimento e tem a capacidade de transformar a si e o meio social.

Estes argumentos são fortalecidos por Motta e Schmitt (2017) que observaram como os PIS de música podem, através do aprendizado de música, transformar socialmente e pedagogicamente indivíduos excluídos socialmente. Os autores verificaram que

mais de 100 PIS de música em atividade no Brasil eram utilizados para minimizar os efeitos da pobreza e da exclusão social no desenvolvimento de crianças e jovens. Os autores sugerem que, além de gêneros musicais locais, a música clássica também pode ser o tipo de música a ser usada nas aulas com esta finalidade.

Pappámikail e Santos (2017) buscaram observar os impactos de três projetos artísticos culturais, e os aspectos que contribuem para a inclusão social em projetos de artes visuais e performance que engloba música e dança. Os autores destacam que além de melhorar a autoestima dos alunos ao valorizar a cultura local, os projetos também contribuem na ampliação das perspectivas dos participantes ao proporcionar oportunidades de acesso a experiências artísticas e a valorização de culturas diferentes da cultura dos mesmos, que por vezes poderia ser inacessível a população menos favorecida.

Podemos observar nos artigos que abordaram PIS música que existem procedimentos didáticos que favorecem a formação de grupos e o trabalho em conjunto, que auxilia na socialização e união dos alunos em PIS de música, seja na formação de bandas escolares (FIALHO, 2014); na prática em conjunto que resulta naturalmente na formação da orquestra (MOTTA; SCHMITT, 2017); ou na aproximação de grupos distintos em um coral (COSTA, SANTOS; FRANCO; BRITO, 2011).

Em ambos os artigos se verifica a crença de que os PIS de música auxiliam na aprendizagem e no desenvolvimento social dos participantes – seja na relação entre os pares ou entre alunos e professor, o que, por sua vez, estimula a aprendizagem dos alunos.

CONCLUSÕES

Nos últimos 10 anos a educação musical tem ocupado mais espaço em bases de indexação de produção científica. A síntese dos dados coletados revelou que a educação por meio da música esteve presente em todos os níveis de ensino formal, bem como no ambiente não formal como instrumento de formação integral dos discentes.

Em ambos os ambientes de ensino, parece ser necessário o reconhecimento de que os gêneros musicais mais próximos à cultura dos alunos, é capaz de estimulá-los a um maior envolvimento com a educação musical, ampliando as oportunidades de desenvolver os seus conhecimentos e as suas habilidades e potencializando a educação inclusiva. No processo de ensino e aprendizagem de habilidades musicais também se pode promover nos alunos a ampliação de conhecimentos gerais, a superação da inibição, da solidão e da diminuição do estresse e desenvolver a cognição, a criatividade e a espontaneidade de forma construtiva, possibilitando aos sujeitos transformar a si e o meio social no qual ele vive.

Sob a perspectiva de igualdade de oportunidades sociais, a educação musical pode proporcionar oportunidades de acesso a experiências artísticas e culturais que poderia ser inacessível a população menos favorecida. Acredita-se que a ampliação e difusão de conhecimentos produzidos sobre a educação por meio da música poderá contribuir para a legitimação da disciplina na grade curricular e para aprofundar e entendimento deste fenômeno.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Margarete. O conteúdo música e jovens estudantes nas políticas educacionais e curriculares das redes públicas do estado e da cidade de São Paulo (2007-2013). **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 23, n. 34, p. 58-79, jan. jun. 2015.
<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaABEM/index.php/revistaabem/article/view/532>
- BEINEKE, Viviane. Ensino musical criativo em atividades de composição na escola básica. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 23, n. 34, p. 42-57, jan. jun. 2015.
<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/531>
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_sit e.pdf Acesso em: 6 fev. 2021.
- COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da; SANTOS, Máira Mendes; FRANCO, Kelly Silva; BRITO, Afonso de Oliveira. Música e transformação no contexto da medida socioeducativa de internação. **Rev. Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 4, p. 840-855, 2011.
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/JPzXtzyyQyLPfXbkT6KvXmM/abstract/?lang=pt>
- CERNEV, Francine Kemmer. Aprendizagem musical colaborativa mediada pelas tecnologias digitais: uma perspectiva metodológica para o ensino de música. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 26, n. 40, p. 23-40, jan./jun. 2018.
<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/718>

CIL, Luciano Ribeiro; GONÇALVES, Taísa Grasiela Liduenha. Educação musical e educação especial na produção científica de dissertações e teses. **Rev. Música Hodie**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 327-342, 2018.

<https://doi.org/10.5216/mh.v18i2.49262>

CUNHA, Daiane Solange Stoeberl. Música eletroacústica na escola: delineando perspectivas sob a abordagem sociocultural da educação musical. **Rev. Música Hodie**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 19-30, 2017.

<https://doi.org/10.5216/mh.v17i1.47031>

CUNHA, Rosemyriam Cunha. Performance musical em grupo: musicoterapia, coro e banda. **Rev. Música Hodie**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 48-6, 2015.

<https://doi.org/10.5216/mh.v15i2.39700>

DUARTE, Pedro; REIS, João Gomes. O currículo, a educação musical e as realidades individuais de cada estudante: um ensaio em defesa da inclusão cultural no ensino de música., **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 26, n. 41, p. 5-20, jul./dez. 2018.

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/765>

DEL-BEN, Luciana. Políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil: perspectivas para a produção de conhecimento em educação musical. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 22, n. 32, p. 130-142, jan. jun. 2014.

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/467>

ERTEL, Daniele Isabel; SOUZA Jusamara Vieira; WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim;. Música nas escolas: uma investigação sobre a implementação nos municípios do

Rio Grande do Sul. **Rev. Música Hodie**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 165-183, 2016.
<https://doi.org/10.5216/mh.v16i1.43158>

FIALHO, Vania Malagutti. As aprendizagens e práticas musicais no Festival de Música Estudantil de Guarulhos. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 22, n. 32, p. 104-116, jan. jun. 2014.
<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/465>

GANHOR, João Paulo. O Rap na Educação Científica e Tecnologia. **Rev. Ciência e Educação**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 163-180, jan. ago. 2019.

<https://doi.org/10.1590/1516-731320190010011>

GERRING, John. **Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas**. Vozes: Rio de Janeiro, 2019.

GUAZINA, Laíze. Etnomusicologia brasileira, participação e educação: reverberações a partir do Sul. **Rev. Brasileira de Música** Rio de Janeiro, v 3 1, n. 2, p. 103-123, jul. Dez. 2018.

JUNIOR, Luís Antonio Braga Vieira; MONTANDON, Maria Isabel; MARINS, Paulo Roberto Affonso. Estratégias de autorregulação da aprendizagem musical: um estudo em uma banda de música escolar, **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 25, n. 38, p. 62-75, jan. jun. 2017.
<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/662>

MARQUES, Olívia Augusta Benevides; ABREU, Delmary Vasconcelos. Pequenos enredos nas escolas parque de Brasília: o que contam as crianças sobre a aula de música. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 26, n. 40, p. 131-148, jan. jun. 2018.
<http://www.abemeducacaomusical.com.br>

r/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/753

MARTINEZ, Andréia Pereira de Araújo; PEDERIVA, Patrícia Lima Martins. Um breve olhar para o passado: contribuições para pensar o futuro da educação musical. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 21, n. 31 p. 11-22, jul. dez 2013.

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/68>

MENDONÇA, Júlia Escalda; LEMOS, Stela Maris Aguiar. Relações entre prática musical, processamento auditivo e apreciação musical em crianças de cinco anos. **Rev. da ABEM**, Porto Alegre, v. 23, p. 58-66, mar. 2010.

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/216>

MÓNICO, Lisete S. M.; SANTOS-LUIZ, Carlos; SOUZA, Dayse Neri. Benefícios da aprendizagem musical no desempenho acadêmico dos alunos: A opinião de diretores e de professores do Ensino Básico português. **Rev. Lusófona de Educação**, v. 29, p. 105-119, abr. 2015. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rieducacao/article/view/5097>

MOTTA, Paulo Roberto; SCHMITT, Valentina Gomes Haensel. Transformação Individual, Ascensão Social E Êxito Profissional. **Rev. de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 51, n. 3 p. 451-461, maio / jun. 2017.

<https://www.scielo.br/j/rap/a/NgqFzVbKPxKzPS3vMVZysRC/abstract/?lang=pt>

MOUSINHO, Renata; CÂMERA, Andrea; GILKOVATE, Carla. Quem canta, seus males espanta: um ensaio sobre autismo, cegueira, canta, inclusão, superação e sucesso. **Rev. Psicopedagogia**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 101, p. 196-205, jul. 2016.

<https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/489/quem-canta--seus-males-espanta--um-ensaio-sobre-autismo--cegueira--canto--inclusao--superacao-e-sucesso>

NARITA, Flávia Motoyama. Em busca de uma educação musical libertadora: modos pedagógicos identificados em práticas baseadas na aprendizagem informal. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 62-75, jul. Dez 2015.

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/553>

OLIVEIRA, Roni Rodrigues; SANTOS, Regina Antunes Teixeira. As preferências musicais de jovens instrumentistas: relações com o repertório estudado. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 24, n. 37 ,81-97, jul. Dez. 2016.

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/660>

PAPPÁMIKAIL. Lia; SANTOS, Lucilene Alves Vitória. Arte E Inclusão Social: Uma Análise Sobre A Importância De Projetos Artístico-Culturais Numa Escola Brasileira De Ensino Profissional E Tecnológico. **Rev. Da UIIPS**, V. 5, N. ° 3, Pp. 66-80, 2017.

<https://doi.org/10.25746/ruiips.v5.i3.14526>

PENNA, Maura; PINTO, Ana Luiz; SANTOS, Susie. Relações com a música em diversos contextos de formação: significações e sentido de vida. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 26, n. 40, p. 5-22, jan. jun. 2018.

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/714>

PIZZATO, Miriam Suzana; HENTSCHKE, Liane. Motivação para aprender música na escola. **Rev. da ABEM**, Porto Alegre, V. 23, 40-47, mar. 2010.

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/214>

REIS, João Gomes; DUARTE, Pedro. O currículo, a educação musical e as realidades individuais de cada estudante: um ensaio em defesa da inclusão cultural no ensino de música. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 26, n. 41, 2018.

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/765>

SANTOS, Micael Carvalho. A educação musical na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - ensino médio: teias da política educacional curricular pós-golpe 2016 no Brasil. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 27, n. 42, p. 52-70, jan. jun. 2019.

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/799>

SCHWAN, Ivan Carlos; BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro; AHMAD, Laila Azize Souto. Pedagogia e Música: um mapeamento nos anais dos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Educação Musical e nas **Rev. da ABEM**. Revista da Abem, v. 26, n. 41, p. 115-138, jul./dez. 2018.

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/789>

SEBBEN, Egon Eduardo; SUBTIL, Maria José. Concepções de adolescentes de 8ª série sobre música: possíveis implicações para a implementação das práticas musicais na escola. **Rev. da ABEM**, Porto Alegre, V. 23, 48-57, mar. 2010.

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/215>

SILVA, Crislany Viana; ALMEIDA, Cristiane Maria Galdino. Educação musical e inclusão: um estudo sobre as práticas de

professores de música no ensino fundamental. **Rev. Educação arte e inclusão**, p. 78-100, v. 14, out.- dez. 2018. <http://orcid.org/0000-0002-7083-5949>

SILVA JÚNIOR, José Davison. Música, saúde e bem-estar: aulas de música e habilidades cognitivas não musicais. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 27, n. 42, p. 36-51, jan./jun. 2019.

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/798>

SILVA. Sinésio Jefferson Andrade. O futuro da educação musical na escola de ensino integral: notas a partir de uma escola do amanhã. **Rev. Brasileira De Música**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 125-141, jul./dez. 2018.

<https://doi.org/10.47146/rbm.v31i2.26283>

SOUZA, Cristiane Magda Nogueira. Educação musical, cultura e identidade: configurações possíveis entre escola, família e mídia. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 21, n. 31, p. 51-62, jul. Dez 2013. <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/72>

TOLOCKA, Rute Estanislava; SIQUEIRA, Kelly Cristina Freire; MENDES, Renato; LIMA, Mayara Mascarenhas. Música e movimento no berçário: potencializando o desenvolvimento integral. **Pensar a Prática**, 22, 2019.

<https://doi.org/10.5216/rpp.v22.51622>

VEBER, Andréia. A escola de tempo integral: um espaço potencial para as aulas de música na educação básica. **Rev. da ABEM**, Londrina, v. 20, n. 29, p. 39-50, jul. dez. 2012.

WHITTEMORE R.; KNAFL K. The integrative review: updated methodology. **Journal of**

Advanced Nursing, v. 52, n. 5, p. 546–553,
2005. 10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x